

**“DR. ANÍSIO, ELE PENSAVA E EXECUTAVA”:  
A TRAJETÓRIA DE ANÍSIO TEIXEIRA NO CAMPO DA FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES NO BRASIL (1924-1950)**

**Fernando Gouvêa**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Doutor em Educação pela PUC-Rio

E-mail: [gouveafcf@yahoo.com.br](mailto:gouveafcf@yahoo.com.br)

**RESUMO**

Este artigo representa um esforço para a compreensão da atuação do intelectual Anísio Teixeira no cenário educacional brasileiro, no campo da formação de professores, no período de 1924 a 1950, que compreende as duas gestões de Anísio na Instrução Pública na Bahia e sua gestão na pasta de Educação no Distrito Federal. A trajetória de Anísio Teixeira, no período em tela, está assentada no binômio “pensamento e ação”, numa perspectiva de compreensão de que a separação destes dois conceitos empobreceria qualquer análise sobre o pensamento/ação do ator em pauta no que concerne à formação docente no Brasil.

*Palavras-chave:* Formação de professores, História da Educação, Anísio Teixeira

**“DOC. ANÍSIO, HE’S DREAMED AND DID”:  
THE TRAJECTORY OF ANÍSIO  
TEIXEIRA IN THE CONTEXT OS TEACHERS TRAINING IN BRAZIL(1924-1950)**

**ABSTRACT**

This paper represents an effort to comprehend the role of Anísio Teixeira, an intellectual in Brazilian educational world in the context of teachers training during the period from 1924 to 1950, when he worked twice on Public Instruction in Bahia and at the Education Department in the Federal District. His trajectory along the studied period is based on the binomial “thought and action” and the perspective of comprehension is that separating these two concepts would compromise any analysis of his thoughts/action in the context of teachers training in Brazil.

*Keywords:* Teachers training. History of Education, Anísio Teixeira

**“DR. ANÍSIO, ELE PENSAVA E EXECUTAVA”:**

**A TRAJETÓRIA DE ANÍSIO TEIXEIRA NO CAMPO DA FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES NO BRASIL (1924-1950)**

**Fernando Gouvêa**

“Anísio foi essencialmente um educador. Quero dizer, um pensador e gestor das formas institucionais de transmissão da cultura, com plena capacidade de avaliar a extraordinária importância da educação escolar para integrar o Brasil na civilização letrada. Para ele, a escola pública de ensino comum é a maior das criações humanas e também a máquina com que se conta para produzir democracia”. (Darcy Ribeiro, *Dr. Anísio, ele pensava e executava*, 1995, p. 1)

Penso que estudar a trajetória de Anísio Teixeira, no período de 1924 a 1950, deve assentar-se no binômio “pensamento e ação” deste intelectual. Insisto em aliar pensamento e ação, e mais que isto: atuação, porque entendo que, em Anísio, a separação desses dois conceitos empobreceria qualquer análise, pois, além de acreditar na Democracia, ele via na existência das instituições a solidificação do processo democrático. Mendonça corrobora tal posição ao afirmar que

“Anísio foi, sem dúvida, ao longo destes anos, fiel ao seu pressuposto pragmatista de que é através das instituições que as ideias se materializam e se perpetuam - um criador de instituições que deixaram marcas duradouras na nossa história, mesmo que na sua maioria não tenham sobrevivido às turbulências políticas dos anos 60”. (MENDONÇA, 1999, p. 17)

**A formação de professores: compromisso entre o pensamento e a ação**

A formação de professores é uma temática que perpassa toda a extensa e instigante obra de Anísio Teixeira. É uma preocupação constante deste educador e se faz presente nos diferentes cargos ocupados como gestor de instituições ou professor. A centralidade da formação de professores na vida-obra de Anísio revela, muito além de um eloquente discurso, um compromisso.

Entendo que o compromisso com a formação de professores seja um corolário da sempre presente – porém, pelo tempo aperfeiçoada – relação dialética entre o pensamento e a ação. Ouso afirmar que, posteriormente, tal compromisso apresenta profunda interação e, mais que isto, torna-se inextricavelmente ligado ao paulatino amadurecimento da compreensão da urgência da pós-graduação, tendo como instâncias privilegiadas a pesquisa e a formação dos mestres – professores dos professores. Esta perspectiva do ensino pós-graduado no pensamento anisiano ainda será analisada com maior acuidade na segunda parte deste artigo.

Assim, estabelecer uma análise que tenha como tema a formação de professores para Anísio significa destacar três momentos da vida pública deste educador, que correspondem a três reformas empreendidas por Anísio: a proposta, em 1924, como Inspetor Geral de Ensino do estado da Bahia; a de 1932, como Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, e a reforma por ele defendida em 1947 enquanto Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia.

### **O início do compromisso: a primeira gestão na Bahia**

Anísio assumiu um cargo público pela primeira vez em 1924, portanto, aos 23 anos. Foi convidado pelo então recém-empossado Governador da Bahia Góis Calmon para titular da Inspeção Geral de Ensino e assumiu a pasta imbuído de todo o fervor católico oriundo de sua formação jesuítica e seguidora de uma tradição política que tem, na história de sua família, um peso significativo. Anísio iniciou, assim, sua trajetória como homem público. Trajetória com erros e acertos, vicissitudes, interrupções e recomeços mas, acima de tudo, preservando uma crença inabalável nas possibilidades da Democracia, no Homem, e na reconstrução nacional pela Educação.

A situação do sistema educacional baiano, em 1924, era caótica e o desafio a ser enfrentado tinha proporções inimagináveis. Nunes aponta, com propriedade, o estado de calamidade vivido pela educação pública na Bahia e a intensidade dos problemas encontrados por Anísio:

“faltava material didático (...) a fiscalização não existia (...) os professores eram despreparados e ainda havia a habitual distribuição político-eleitoral das reduzidas ‘cadeiras’ oferecidas (...). Anísio defrontava-se com a dispersão do serviço escolar, reduzido à alfabetização rudimentar (...) com a falta de escolas primárias públicas e de professores (...) e a subvenção a escolas particulares feitas pelas prefeituras municipais” (NUNES, 2000, p.90-91).

Anísio instaurou uma comissão, formada por figuras destacadas do meio educacional, para encaminhar a reforma do ensino na Bahia. Dentre os grupos de discussão propostos, Anísio se inseriu no dedicado à reformulação do Curso Primário, “salientando assim sua preocupação com a escola elementar, para ele, peça fundamental de todo o ensino” (GERIBELO, 1977, p. 44).

Na análise da reforma defendida por Anísio, antes de suas viagens e cursos nos Estados Unidos da América, duas peças legislativas chamam a atenção: a Lei nº 1.846 (14/08/1925), que reforma a instrução pública do estado e o Decreto nº 4.312 (30/12/1925), que aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal.

A Lei 1.846, tendo 268 artigos, apresenta como pontos a serem destacados o problema da centralização administrativa, a prioridade e a preocupação com a escola primária, uma divulgação maior do ensino - que significava a ampliação e oferecimento do mesmo à população - e, corroborando a tese que sustento sobre a constante relevância que é dada à formação de professores, a Escola Normal passa a ser vinculada à Diretoria Geral de Instrução, em um passo fundamental para a sua reorganização didático-administrativa. O Decreto 4.312, através dos seus 825 artigos, regulamenta a Lei 1.846.

Os dois textos legais, defendidos por um Anísio ainda em formação, refletem o momento anterior a leituras, cursos e contatos no Brasil e fora do país que apontariam um novo rumo para esse pensador. Ambos os textos, na verdade, mostram um Anísio entendendo a legislação como algo mágico, capaz não só de regulamentar como de “fazer” educação. Acompanhando o raciocínio de Nunes (2000, p. 100), tal legislação “perdurou trinta e dois anos, até o governo Otávio Mangabeira, menos pelos seus méritos e mais pela inércia e desprezo com que os governos subsequentes trataram a educação pública na Bahia”.

Anísio, após sua primeira viagem aos Estados Unidos, publicou o livro “Aspectos americanos da educação”, em 1928, que foi distribuído gratuitamente pela Diretoria Geral de Instrução e começou a trazer as marcas das profundas renovações e transformações pelas quais passaria. No

mesmo ano, apresentou como balanço de sua gestão à frente da referida Diretoria um relatório repleto de estatística escolar, mas que tem, na crítica que faz à educação oferecida à população, uma acurada análise do ensino secundário e uma retomada da premência da valorização da escola primária e do professor na sua formação e na sua prática.

Ao regressar da segunda viagem aos Estados Unidos, onde obteve o título de *Master of Arts*, Anísio encontrou, em 1929, um novo governador e apresentou um documento intitulado “Sugestões para a reorganização progressiva do Sistema Educacional Baiano” – na verdade, um relatório (propositivo) das experiências vividas no exterior. Cito este documento por entender que ele revela um “outro” Anísio do ponto de vista intelectual. Um Anísio que bebeu em novas fontes uma nova filosofia: o progressivismo de Dewey.

O relatório, quanto ao ponto que estamos evidenciando, propõe uma renovação dos programas, mediante um levantamento das necessidades locais e do interesse dos alunos. Acompanho o pensamento de Geribelo (1977, p. 59) ao afirmar que “para a execução de tal escopo, seria necessário o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, fato que implicava o problema da formação do professor primário, visando que ele também se especializasse em educação e métodos renovados.” A tarefa a ser realizada, em última instância, tinha como consequência a reestruturação das Escolas Normais.

As proposições contidas no documento não foram aceitas pelo novo governador Vital Soares. Tal situação impôs a exoneração de Anísio do cargo de Inspetor Geral de Ensino e a sua nomeação para professor de Filosofia e História da Educação na Escola Normal em Salvador, mantendo sua ligação com a educação e, principalmente, com a formação de professores.

### **A confirmação do compromisso: a reforma no Distrito Federal**

A Revolução de 1930 operou mudanças nas diferentes esferas de poder e, conseqüentemente, novos nomes foram indicados para a gerência dos cargos públicos nas diversas instâncias que constituem a burocracia estatal. No que concerne ao campo educacional, no âmbito federal, foi criado o Ministério de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública que teve Francisco Campos como seu titular.

Anísio, mesmo não tendo afinidade política com o grupo que ascende ao poder, foi convidado para dirigir o ensino secundário no novo ministério. A concordância de Anísio fez do Rio de

Janeiro, novamente, a sua morada. A tarefa de organizar o ensino secundário durou pouco tempo, pois meses depois recebeu um convite do prefeito Pedro Ernesto para ocupar a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.

A reforma proposta por Anísio Teixeira para o Distrito Federal, de tão profundo alcance, pode ser dividida em algumas iniciativas específicas. São elas: a reestruturação da própria Diretoria e de órgãos técnicos; a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação; a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais; a reorganização do ensino primário, do ensino técnico e profissional e a criação da Universidade do Distrito Federal.

A acurada leitura sobre tais iniciativas levou-me ao entendimento de que todas – de alguma forma - expressam a preocupação de Anísio com a formação de professores. Dentre as iniciativas citadas, destaco a criação do Instituto de Educação e da Universidade do Distrito Federal, por compreender que ambas buscaram consolidar, na prática, o entendimento teórico de Anísio sobre o importante papel da formação dos profissionais da Educação e, indo além, o lócus dessa formação: a “escola de professores” em um nível cada vez mais elevado, no nível universitário.

A análise mais detalhada dessas duas iniciativas não é objetivo deste artigo. Desejo, apenas, observar que elas representam um importante movimento de repensar a complexidade existente, e sempre presente, na história da Educação brasileira, na relação entre a universidade e a formação de professores. Mendonça (1993, p. 12) adverte para a atualidade dessa questão, pois remete para “a inércia institucional (...) que reflete o fato de que a universidade brasileira nunca conseguiu assimilar como uma contribuição relevante a formação de professores para a escola de 1º e 2º graus”.

Dessa forma, considero que tanto a criação do Instituto de Educação quanto o processo que originou a Universidade do Distrito Federal estavam imbuídos de uma visão que considerava tal perspectiva de formação um aspecto central na reconstrução do próprio sistema educacional brasileiro. A “escola de professores” como centro vital da universidade.

Os descaminhos do processo político abortaram tais iniciativas e, em 1935, Anísio demitiu-se do cargo de então denominado Secretário de Educação e Cultura. Mais uma vez, os setores reacionários fecharam as portas às mudanças e aos pensadores inquietos e, por isto, formuladores de práticas que desassossejavam o poder estabelecido.

## **A segunda gestão na Bahia: depois da turbulência... a retomada do compromisso**

Após o compulsório afastamento de mais de uma década da vida pública do país, a convite de Otávio Mangabeira – governador eleito da Bahia – Anísio assumiu o posto de Secretário de Educação e Saúde, em 1947. Na verdade, um reencontro com o ponto de partida e com o local onde começou o gosto pelas questões que envolviam a Educação. Uma possibilidade de retomar o compromisso com a formação de professores e com a construção de uma verdadeira escola democrática no país.

A segunda gestão de Anísio na Bahia, confirmando a coerência da sua vida-obra, foi marcada pela continuada preocupação com a formação do magistério, com os programas de ensino, com a escola primária, a participação democrática da população nas questões educacionais, com a organização administrativa do sistema educacional e com os recursos financeiros necessários para a manutenção do sistema.

Os relatórios administrativos, de periodicidade anual, que Anísio elaborou a fim de prestar contas do trabalho realizado pela Secretaria são documentos valiosos por externarem a visão crítica do educador em relação às difíceis condições encontradas para a realização do seu trabalho pois

“(...) os serviços de educação no estado resumem-se em um corpo de professores primários, aglomerados nas cidades, ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos sem prédios, instalações e assistência técnica, moral ou mesmo administrativa, um corpo de professores secundários distribuídos em três ou quatro pavilhões de um único instituto secundário e três institutos de formação do magistério primário, somente um com instalações adequadas (...)”  
(Trecho do Relatório de 1947).

O trecho extraído do Relatório reafirma a constante preocupação de Anísio com a formação do magistério e possibilita vislumbrar que as dificuldades – salvo pequenas diferenças – eram as mesmas quando da sua primeira gestão.

A questão legislativa era, também, alvo de intenso interesse por parte do educador que entendia que a simples existência da lei nada resolvia, mas que o aperfeiçoamento da legislação assentava bases – sobretudo no relativo aos recursos financeiros – para que o pensamento pudesse se traduzir em ação efetiva e pudesse contribuir para as transformações almejadas. Vale lembrar que a legislação proposta por Anísio na sua primeira passagem pela administração da Educação

baiana (1924-1928) ainda estava em plena vigência. Anísio elaborou três documentos que versavam sobre a organização dos serviços públicos de Educação no estado da Bahia. O primeiro deles foi, na verdade, a sua exposição dos grandes problemas educacionais brasileiros à Assembléia Estadual e que serviu de alicerce para a escritura do capítulo referente à educação e à cultura da Constituição estadual. O citado capítulo remeteu para a Lei Orgânica, dentre outros pontos, a obrigatoriedade do “provimento por concurso de títulos e provas, das cadeiras das escolas de formação pedagógica e das escolas secundárias (...)” (Constituição do Estado da Bahia, 1947, artigo 120, parte III). Os outros dois documentos foram o “anteprojeto da lei orgânica do ensino e cultura” e a “regulamentação do ensino”, ambos traziam os marcos dos documentos anteriores e não lograram aprovação durante o período de governo de Otávio Mangabeira.

A criação dos Centros Educacionais e da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia complementaram o segundo ciclo administrativo de Anísio Teixeira à frente da Educação neste estado (1947 a 1950). Desejo colocar em evidência a proposta de trabalho da Fundação da Ciência por entender que esta fundação traz um complemento importante ao itinerário do pensamento e ação de Anísio sobre a formação docente, a saber: a necessidade da ação educacional estar pautada em pesquisas científicas. A Fundação foi criada pela Lei nº 347 de 13 de dezembro de 1950 e teve seus estatutos aprovados em maio de 1951.

Após uma análise do pensamento e ação de Anísio dos anos 1920 aos anos 1950, considerando a constante preocupação de Anísio quanto à formação de professores, entendo ser fundamental um entendimento do pensamento anisiano a respeito de um importante local para tal formação: a universidade.

### **A universidade brasileira e a formação de professores: o pensamento-ação de Anísio Teixeira**

A análise do pensamento de Anísio Teixeira quanto à reforma da universidade no Brasil torna imprescindível, tendo em vista a importância atribuída pelo educador ao estudo da origem e trajetória dessa universidade, uma digressão que estabeleça a história da constituição dessa instituição no Brasil, suas características principais e o seu papel frente à ciência e à cultura.

A realização desta análise teve em quatro trabalhos do próprio Anísio, dentre tantos que têm a Universidade como tema, o sustentáculo para a abordagem proposta. São eles: "A universidade de ontem e de hoje" (1964), "Educação como experiência democrática e como ciência

experimental: nova fronteira para a cooperação internacional" (1966); "Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil" 1968) e "Ensino Superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969".

### **Do fato do nome ao nome de fato: a criação da universidade brasileira**

A denominação de universidade, no Brasil, remonta aos anos 1920, pela junção de quatro escolas superiores já existentes. A instituição foi intitulada Universidade do Rio de Janeiro, ainda numa perspectiva de fusão de escolas superiores isoladas, eclipsando, portanto, o caráter de uma universidade que não devia se constituir numa mera reunião de escolas isoladas, ou seja, num processo de reestruturação organizacional ancorada numa direção que - por superposição - apenas referendasse e desse voz aos pleitos de cada uma das escolas num simulacro de cooperação. Anísio (1968, p. 27) aponta que *esta universidade* "(...) é o primeiro arremedo de universidade que o país tem. Nós estávamos presos à tradição do Ensino Superior profissional utilitário, destinado a habilitar para o exercício da profissão."

O modelo de universidade pensado por Anísio não se enquadra no implantado em 1920 por se tratar de uma formal junção de escolas isoladas, numa perspectiva que, no máximo, criou uma pseudoestrutura universitária que, de maneira também formal, "cumpria" a legislação educacional prescrita. Pois mesmo o caráter de formação profissional não foi devidamente alcançado posto que nossas escolas superiores, voltadas para o passado, ensinando sobre o passado, desdenhavam o presente e tomavam a "velha" função de educar o homem para uma cultura geral e desinteressada.

A "Escola de Professores" do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, fundada em 1932, posteriormente incorporada à Universidade do Distrito Federal; a Universidade de São Paulo, a primeira do Brasil, criada em 1934; e a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, de 1935, são experiências que adquirem enorme importância nas reflexões de Anísio e que vão fazer dos anos 1930 uma referência constante nos seus trabalhos por serem estas instituições um locus preferencial para a formação de professores de que o país tanto precisava.

Não obstante a contratação de professores no exterior para a composição do corpo docente dessas instituições, face à nossa inexperiência e ausência de tradição neste campo, houve uma rápida nacionalização das mesmas. É importante, porém, destacar que tal processo não facilitou a criação de um padrão universitário no Brasil. Quanto ao desenvolvimento da universidade no país, Anísio afirma que:

“(...) nenhuma outra instituição parece tão natural como esta e evolui, como as coisas naturais, por leis próprias ou sem lei nenhuma. Deixa-se levar e, deste modo, se transforma, sem saber bem como se está transformando. O mesmo se está dando conosco. As nossas escolas superiores deixam-se ir e se vão, assim mudando, aos trancos e barrancos, e de repente se vêem diferentes (...)” (TEIXEIRA, 1964, p. 45).

O comentário remete diretamente à ausência de um processo organizado na constituição do sistema universitário, acentuando a falta de um planejamento que orientasse a estruturação e construção de uma moderna universidade brasileira.

Apesar de todas as dificuldades, as experiências da década de 1930 demonstraram o desejo de se criar esta universidade moderna baseada no ensino e na pesquisa, uma universidade plasmadora e consolidadora da cultura e da ciência nacionais, sendo as faculdades ligadas à formação docente o núcleo de uma nova concepção de universidade - concepção que teve vida curta devido a vicissitudes políticas que culminaram com o golpe do "Estado Novo", em 1937. Mesmo assim, a formação de professores continua tendo um destacado papel para Anísio Teixeira, validando a tese que levantamos neste capítulo de que esta “formação” no seu pensamento é um dos elos consolidadores de sua ação.

As décadas seguintes são testemunhas de uma expansão indiscriminada do Ensino Superior com base numa visão estreita sobre o papel da universidade, no entender de Anísio, e, somente no início da década de 1960, retomáramos as concepções que sustentariam a construção de uma universidade moderna: a Universidade de Brasília.

### **A reforma da universidade**

Numa universidade que tem como metas o ensino e a pesquisa, Anísio propõe que a pós-graduação seja o centro formador de professores para o Ensino Superior e dos pesquisadores e cientistas para as diversas áreas do conhecimento. É a escola de estudos avançados que cuida da formação de quadros que, em um país em processo de desenvolvimento, tornam-se imprescindíveis, estabelecendo os objetivos centrais da pós-graduação e sinalizando a sua importância em relação aos desafios propostos por um novo tempo que cobra respostas para os problemas do presente e do futuro, e que só podem ser dadas por uma universidade atenta com as exigências do seu tempo. Para Anísio (1969, p.108), “a escola pós-graduada é o centro de

formação do professor de Ensino Superior e dos pesquisadores e cientistas humanos, sociais e físicos de todo o país.”

A escola de pós-graduação é, portanto, o lugar da pesquisa. Anísio (ibidem, p. 109) assevera que “a real necessidade é criar uma ‘nova escola’, a escola ‘pós-graduada’ para estudos profundos e avançados, destinados à produção do conhecimento e do saber, o qual será ensinado na própria universidade em seus níveis de pré-graduação”. Apenas nesse espaço privilegiado da escola pós-graduada promover-se-iam os estudos avançados destinados à criação do conhecimento e do saber, implicando na existência da pesquisa, concebida como criação de um conhecimento novo que colaboraria para o revigoramento da própria graduação.

A diversificação vertical do Ensino Superior é também proposta por Anísio e considerada um dos aspectos fundamentais para a consolidação de um novo espírito universitário: ao ingressar na universidade, o aluno faria um Curso Básico, introdutório, que teria como objetivos proporcionar-lhe um alargamento da cultura geral, dar-lhe uma cultura preparatória para as carreiras acadêmicas ou profissionais ou oferecer-lhe um treinamento em carreiras curtas de caráter técnico. Terminado este curso, o aluno passaria por um processo de seleção para o ingresso na graduação em carreiras acadêmicas ou profissionais e, desejando prosseguir os estudos, faria outra seleção para a "Escola pós-graduada".

Entende Anísio que tal diversificação proporcionaria um efetivo aproveitamento dos professores da instituição, propiciaria ao aluno uma orientação mais precisa em relação aos caminhos profissionais que pretenda trilhar e, em última instância, abriria as portas da universidade para um número crescente de estudantes, democratizando o acesso ao prosseguimento dos estudos e diminuindo as desigualdades.

### **A utopia de Anísio Teixeira: universidade e pesquisa**

Em "Variações sobre o tema da liberdade humana" (TEIXEIRA, 1958), Anísio ao referir-se ao fato de que as ideologias suplantaram as utopias, defende a ideia de que estaria chegada a hora de se criar um espaço de excelência, onde professores, pesquisadores e intelectuais tivessem condições de pensar as questões de seu tempo de forma livre e independente; o que só seria possível com a criação de uma universidade autônoma o suficiente para produzir e irradiar tanto o conhecimento quanto a cultura nacionais. Uma universidade que, por força de seu desempenho, pudesse desenvolver uma ciência e uma pesquisa, que teriam como base o método

experimental, capazes, por sua natureza, de adequar os fins e os meios da educação aos anseios da sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, qualquer estudo sobre o significado da universidade para Anísio deve levar em conta que, para ele, essa instituição é um lugar soberano: um lugar de produção de utopias e de pensadores utópicos, que teriam como função contribuir para o desenvolvimento progressivo da sociedade. Anísio acreditava firmemente que o desenvolvimento social e cultural atingido pelo Brasil, nos anos 1950, já exigia a edificação desse tipo de universidade, que se comprometesse com as novas demandas do desenvolvimento social. De acordo com esse ponto de vista, ao longo de vários artigos e livros, expõe uma série de ideias sobre esse assunto que, em última instância, exprimem não só as crenças que acalenta sobre o futuro dessa instituição, mas também sobre o que nela deveria ser reformado a fim de que sua utopia pudesse se concretizar.

Um ponto central dessa reforma é aquele que se refere ao papel da pesquisa e sua função integradora na universidade. Para o educador, a universidade moderna deve ser entendida como um centro de estudos, onde a pesquisa, ao criar um novo conhecimento direcionado para o futuro, garantiria a existência dessa mesma universidade, uma vez que oxigenaria e revigoraria a sala de aula, a relação do professor com a sua área de interesse e a curiosidade do aluno frente ao desconhecido.

Essa instância acadêmica, então, passaria a ser vista como uma atividade prática que imbrica constitutivamente pensamento e experiência, tornando essa última noção algo intrínseco ao conhecimento. Nesse caso, a pesquisa cumpre uma função educativa, que pressupõe o exercício da liberdade das forças intelectuais e práticas dos indivíduos na elaboração da própria experiência, o que faz com que esse mesmo indivíduo se converta em um agente ativo que opera novos hábitos e costumes.

Sob esse ponto de vista, a pesquisa produzida na universidade objetivaria estender os seus resultados para a sociedade, o que implicaria transformar a própria universidade em um espaço enraizado na comunidade, cujo conhecimento teria como finalidade contribuir para a concretização das demandas do bem público. A universidade se converteria, desse modo, em uma necessidade social, efetivando-se, paralelamente, como um centro de documentação e pesquisa para a formação da cultura nacional.

Anísio tinha consciência de que a universidade no Brasil teria que passar por grandes modificações para se tornar um centro de investigação científica e irradiação cultural. Em 1968, o educador, ao analisar a reforma universitária que então se iniciava, chamava a atenção para os

currículos das nossas universidades que, segundo ele, baseavam os seus conteúdos na tradição clássica, sem nenhuma relação com os problemas nacionais. A universidade brasileira, com um currículo extenso e propedêutico, além de fazer com que os seus diplomados tivessem que se formar pela prática, depois de deixarem os bancos escolares, permanecia uma mera confederação de escolas independentes isoladas e autossuficientes.

A solução para esses impasses encontrar-se-ia na reconversão do significado do saber, que só poderia ser revisto por meio da própria reelaboração do sentido da pesquisa, já que qualquer reforma só surtiria efeito caso as mudanças fossem de estrutura e não de forma, como até aquele momento vinha acontecendo. Para Anísio, a pesquisa deve ser vista como uma instância constitutiva da própria universidade e não como um acréscimo, como se fosse mais uma tarefa da educação superior. Segundo ele, essa preocupação em definir o que é pesquisa deve-se ao fato de que as reformas então propostas confundiam ensino e pesquisa, fazendo supor que todo ensino fosse integrado à pesquisa.

É o próprio educador quem desfaz essa confusão quando afirma que “uma coisa é a de que o professor deve ensinar e pesquisar, ou melhor, o professor que se devote à pesquisa também ensine, e outra é julgar que todo ensino seja também pesquisa”. Anísio busca explicitar a questão ao dizer que:

“As duas atividades são diferentes, sendo desejável que o ensino se faça como preparação para a pesquisa, daí a conveniência de ser o método de ensino o da redescoberta do acontecimento. Depois de adquirir o conhecimento existente é que o professor ou o estudante se torna capaz de utilizar esse conhecimento. A pesquisa é uma atividade que normalmente se exerce na fase da pós-graduação de estudo (...)”. (TEIXEIRA, 1968, p. 61)

Por meio dessas afirmações fica claro que a pós-graduação é, por excelência, o lugar da pesquisa. Apenas nesse espaço privilegiado promover-se-iam os estudos avançados destinados à criação do conhecimento e do saber, eliminando, desse modo, a vulgarização do próprio sentido dessa atividade acadêmica.

Um segundo ponto a ser destacado é aquele que implica a necessidade de a universidade adquirir liberdade em relação ao Estado, para assim poder organizar o seu saber. Para Anísio, a liberdade de organização do saber na universidade supõe a liberdade de especulação e de pensar entendida como um livre exercício de aprofundamento do conhecimento teórico, que, desse modo, irradiaria os seus princípios para as demais instituições da sociedade. Essa liberdade presume a

constituição de um novo *modus operandi* no fazer universitário que teria como objetivo o constante alargamento do conhecimento humano. Seria função do próprio Estado moderno responsabilizar-se pela manutenção da liberdade dessas instituições que guardam, aplicam e promovem o saber humano.

Desta forma, a liberdade é a vida organizada legalmente, mas é, sobretudo, a limitação do âmbito da lei àquilo que representa o mínimo de condições para que ela, a liberdade, se exerça do seu modo supremo, isto é, pela força persuasiva do conhecimento elaborado pelos grupos de homens competentes, a quem sejam confiadas a sua guarda e o seu progresso. Esse conceito positivo de liberdade, que supõe a autonomia dos grupos humanos que se responsabilizam pela produção do saber, contrapõe-se à sua concepção romântica, que nada mais é do que a defesa pura e simples da liberdade individual.

O Estado, enquanto guardião do saber, deve tornar-se uma força vigilante na preservação do funcionamento institucional da universidade, garantindo, em primeiro lugar, a liberdade tanto de ensinar quanto de aprender. Ou seja, todo aluno deve poder escolher o que vai estudar e todo professor deve ter completa liberdade de ensinar. Essa concepção opõe-se ao modelo da universidade-corporação, onde se ensina o que os professores escolhem ensinar e se aprende aquilo que já se encontra pronto nos currículos previamente elaborados (TEIXEIRA, 1968, p. 41). A diferença básica entre esses dois modelos é que, se no primeiro a universidade constitui-se como um empreendimento social, sob o controle de um conselho não profissional, no segundo mantém-se como uma corporação fechada, criada para si própria. Enquanto um define a universidade como sendo um órgão da sociedade, que irradia vida e participação, o outro a caracteriza como uma instância pertencente ao Estado, atrofiada e voltada para si mesma.

De acordo com essas ideias, a autonomia proposta por Anísio não se restringe à autonomia financeira, já que durante toda a sua vida defendeu a educação enquanto um dever do Estado. Para ele, esse conceito encontra-se diretamente ligado a sua noção de democracia - uma forma de vida que incentiva o florescimento das energias e das iniciativas pessoais - que só poderá ser alcançada por meio de um regime descentralizado. Por isso, a autonomia proposta é a da liberdade do saber e da sua própria força de controle, atuando no esclarecimento e na persuasão.

Percebe-se, por meio dessas argumentações, que, para Anísio, a liberdade e a autonomia são metas imprescindíveis de qualquer reforma universitária. São objetivos que, se já foram atingidos pela universidade de Humboldt, na Alemanha, em 1809, e pela universidade americana, em 1875, ainda não tiveram a chance de ser implementados pela universidade brasileira, evidenciando o longo caminho que ela ainda tem que percorrer, principalmente porque

determinados problemas encontram-se enraizados nas práticas cotidianas dos próprios professores.

Sobre esse aspecto, Anísio defende que se trabalhe a favor de uma nova cultura acadêmica que deve ser norteadada por três aspectos importantes: a) a instauração de uma nova relação entre os professores e entre os professores e os alunos, que pressuporia o fim do isolamento do trabalho docente; através da disseminação da cultura colaborativa, os professores deixariam de lado a sua costumeira atitude defensiva e passariam a agir mais de acordo com os princípios democráticos que, para Anísio, significam não algo institucional e externo, mas se expressam nas ações e atitudes cotidianas das pessoas; b) o fim do currículo enciclopédico e a implantação de uma formação simultânea teórica e prática, onde se privilegiaria muito mais a lógica do estudo e da investigação científica do que a lógica da aula; c) a adoção de uma nova compreensão do que seja o ensino universitário através do estabelecimento de um curso básico, tornando possível não só que todos os cursos da universidade se liguem entre si, mas, também, que os alunos possam, a partir dele, escolherem a sua futura especialização.

É importante ressaltar que a reforma universitária idealizada por Anísio deveria partir de dentro do próprio sistema, não se deixando reduzir ao nível nem das simples declarações, nem das meras mudanças da maquinaria administrativa e organizacional. Isto é, precisaria constituir-se em um desejo dos professores que, ao transformarem a sua mentalidade e a de seu aluno por meio da aceitação do método científico, teriam a ciência experimental como o guia de suas ações.

A pós-graduação cumpriria, assim, um papel preponderante, atuando como uma verdadeira escola de formação de mestres que, ao fabricar um novo modo de pensar a questão intelectual, transformaria o próprio cotidiano acadêmico, engendrando uma nova maneira tanto de ensinar quanto de pesquisar. Por isso, para o educador, toda e qualquer reforma além de ser, necessariamente, lenta e gradual, não pode ser orquestrada em gabinetes confinados e distantes do cotidiano acadêmico, mas prene de sua condição essencial que é o compromisso da intelectualidade com a sua atuação pública.

### **Considerações finais**

À guisa de conclusão, essa breve análise do pensamento e ação de Anísio, dos anos 1920 aos anos 1950, revelou o seu destacado papel na tessitura da rede de formação de professores no Brasil, uma história da constante preocupação deste intelectual, não só quanto à formação de

professores, mas também quanto à possibilidade de sustentação da prática docente com o embasamento científico. Enfim, a feliz junção de uma ciência e de uma arte de educar.

### Referências bibliográficas

**BAHIA.** *Relatório administrativo.* Base para o projeto de lei de organização autônoma dos serviços educacionais da Bahia. Exposição de motivos de 23 de outubro de 1947.

\_\_\_\_\_. *Constituição do estado da Bahia,* 1947.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 347,* de 13 de dezembro de 1950. Cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e lhe proporciona recursos para a respectiva manutenção. Diário Oficial do Estado da Bahia, publicado em 17 de dezembro de 1950.

**GERIBELO,** Wanda Pompeu. *Anísio Teixeira - análise e sistematização de sua obra.* São Paulo: Atlas, 1977.

**GOUVÊA,** Fernando. *A Capes em tempos de Anísio Teixeira: entre impressos e impressões (1951-1964).* Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Editora Littere, 2009.

\_\_\_\_\_. *Tudo de novo no front: o impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964).* Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 2008.

\_\_\_\_\_. *Entre redes e rendas: a tessitura do INEP como lugar de memória (1952-1964).* Revista Contemporânea – publicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nº 1, setembro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil.* Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 2001.

**GOUVÊA,** Fernando; **MENDONÇA,** Ana Waleska P.C. Mendonça. *A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil: Um percurso com os boletins da CAPES.* Revista Perspectiva, Florianópolis – publicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 24, n. 1, p. 111-132, 2006.

**GOUVÊA**, Fernando; **MENDONÇA**, Ana Waleska P.C. Mendonça et al. *A formação de mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil*. In: **PÔRTO JUNIOR**, Gilson (org.). *Anísio Teixeira e o Ensino Superior*. Brasília: Bárbara Bela, 2001.

**GOUVÊA**, Fernando; **LEITE FILHO**; Aristeo; **SANTOS**, Pablo S. Bispo dos. *Quando os documentos falam... ouve-se até o silêncio: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no INEP/CBPE (1952-1964)*. In: **MENDONÇA**, Ana Waleska P.C. Mendonça; **XAVIER**, Libânia Nacif. *Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP/MEC dos anos 1950/1960 (coleção INEP 70 anos)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

**MENDONÇA**, Ana Waleska P. Campos. *A universidade no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n.14, p. 131-150, 2000.

\_\_\_\_\_. *Anísio Teixeira: um criador de instituições – apresentação do livro Educação no Brasil de Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A universidade de educação de Anísio Teixeira*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.

**NUNES**, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

**RIBEIRO**, Darcy. *Ele pensava e executava*. Entrevista concedida ao jornal A TARDE em 19/08/1995.

**TEIXEIRA**, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

\_\_\_\_\_. *Uma perspectiva da educação superior no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 50, n. 111, p. 21-82, 1968.

\_\_\_\_\_. *Educação como experiência democrática e como ciência experimental: nova fronteira para a cooperação internacional*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 45, n. 102, p. 257-272, 1966.

\_\_\_\_\_. *A universidade de ontem e de hoje*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 41, n. 95, p. 27-47, 1964.

\_\_\_\_\_. *Variações sobre o tema da liberdade humana*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 29, n. 69, 1958.

\_\_\_\_\_. *Autonomia para a educação na Bahia*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 11, n. 29, p. 89-104, 1947.

\_\_\_\_\_. *Reorganização do Ensino Normal e sua transposição para o plano universitário: criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Boletim de Educação Pública, v. 02, n. 1-2, p. 110-117, 1932.

\_\_\_\_\_. *Discurso de posse do Director Geral de Instrução Pública*. Boletim de Educação Pública, v. 02, n. 1-2, p. 75-76, 1932.

\_\_\_\_\_. *A propósito da escola única*. Revista do Ensino, v. 01, n. 03, 1924.